ATO DECLARATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2025

“O Presidente da Câmara Municipal de Serranópolis, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e constitucionais embasado no artº. 74 da Lei n.º 14.133/21, e:”

CONSIDERANDO necessidade da obtenção de prestação de serviços técnicos de assessoria jurídica para o devido acompanhamento de processos de julgamentos de contas de gestão junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e para o acompanhamento de ações Judiciais e Extrajudiciais envolvendo a Câmara Municipal de Serranópolis em todas as instâncias Judiciais, em qualquer fase processual, com Procuração para o fim;

CONSIDERANDO a complexidade e grau de exigência que são impostas pela legislação aplicável aos gestores municipais e servidores públicos e pelos organismos fiscalizadores, quanto às obrigações de prestação de contas da aplicação de recursos públicos e cumprimento da legislação vigente, principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios;

CONSIDERANDO que os procedimentos de controle exigem visão crítica aliada à experiência e qualificação técnica profissional, responsável pelo assessoramento à Câmara Municipal de Serranópolis;

CONSIDERANDO a impossibilidade de mensuração e fixação de critérios objetivos quanto à capacidade de trabalho, confiabilidade, responsabilidade do profissional, notoriedade e eficiência no campo da contabilidade pública, orientação técnica ao ordenador de despesas, orçamentação adequada e própria, formalização de procedimentos de prestação de contas segundo os inumeráveis regramentos impostos aos órgãos públicos;

CONSIDERANDO, também à comprovação de desempenho anterior na área dos serviços contratados, conforme preceitua o inciso III do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica de Órgãos Públicos Municipais;

No mesmo entendimento preleciona o professor jurista Marçal Justen Filho, conforme transcrição do texto:

“Singular é o serviço, não o número de pessoas capacitadas a executá-lo (...). A singularidade se caracteriza como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional “especializado”. Envolve os casos que demandam mais do que a simples especialização, por apresentam complexidade que impedem obtenção de solução satisfatória a partir da contratação de qualquer profissional (ainda que especializado) ”

Petrônio Braz entende que:

“O executor deve ser profissional possuidor de notória especialidade em relação ao objeto da contratação, dessa especialização extrapola a singularidade específica”.

“A inviabilidade de competição, como um dos pressupostos de natureza legal, se estabelece pela impossibilidade de licitar valores heterogêneos. Não se pode buscar a prestação do melhor serviço profissional pelo menor preço ofertado. Não se trata de compra de mercadorias. Não pode o profissional capaz de ofertar o melhor serviço competir com outro, sem especialização, pelo preço a ser ofertado. Não é esse o interesse público da contratação. Trabalho intelectual não pode ser aferido em termos de menor preço”.

Reconhecendo a notoriedade profissional do Senhor Fernando Vagner de Oliveira, com registro de sua pessoa jurídica FERNANDO OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;

CONSIDERANDO que a proposta de prestação de serviços apresentada na execução do objeto a ser contratado, espelha o valor compatível com a realidade do Município, dentro do princípio da economicidade pela singularidade e extensão do objeto contratual;

CONSIDERANDO, o que prescreve os artigos 13 e 25 da Lei de Licitações, assim redigidos:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;*
- II – pareceres, perícias e avaliações em geral;*
- III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*
- V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*
- VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

(...)

CONSIDERANDO, que os grifos acima tipificam a presente situação, observado que os serviços técnicos a serem contratados compreenderão em estudo técnico e planejamento estratégico, assessoria técnica especializada, fiscalização, supervisão e gerenciamento dos serviços executados pelos servidores da Câmara Municipal e que estes serviços configuram a possibilidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica declarada a inexigibilidade de licitação para realização de procedimento licitatório para obtenção de serviços técnicos especializados e assessoria jurídica para a CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS-GO, durante o período da assinatura do contrato até 31/12/2025.

Art. 2º - Reconhecida à competência, idoneidade e notoriedade técnica e profissional, fica autorizada a contratação da pessoa jurídica FERNANDO OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA representada pelo profissional Fernando Vagner de Oliveira, observados os regramentos legais e de preços vigentes desta natureza.

Art. 3º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação.

Serranópolis-Go, 03 de junho de 2025.

Enio dos Santos
Gestor/Presidente

CONTRATO Nº 24/2025
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 16/2025

*“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
JURÍDICO TÉCNICO ESPECIALIZADO. ”*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.775.356/0001-05, com sede administrativa na Avenida Augusto, nº 62, Jardim das Morangas, neste ato sendo representada pelo Gestor e Presidente Enio dos Santos, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **FERNANDO OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ/ME sob nº 32.547.368/0001-60, neste ato representada pelo Dr.º Fernando Vagner de Oliveira, com registro de sociedade na OAB/GO sob o nº 41.553, com escritório situado na Avenida Filadélfio, quadra 119, lote 15, Setor Rodoviário, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este contrato é celebrado com base no Art. 74 da Lei 14.133/21 e na IN 015/2012, visando a contratação de um profissional jurídico de notória especialização, com experiência reconhecida no mercado e preços de serviços compatíveis com a demanda de serviços prestados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Por força deste contrato, a CONTRATADA compromete-se a prestar à CONTRATANTE os serviços técnicos de assessoria jurídica destacados abaixo:

Acompanhamento de Processos junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, mediante prestação de Serviços Técnicos Jurídicos qualificados, de forma que: apresente recursos/defesa em processos caso necessário; verifique a tramitação e o andamento processual;

realize a juntada de documentos nos processos epigrafados abaixo; assessorei no fechamento e prestação de Contas referente às Contas de Gestão do Exercício de 2025, da atual Mesa Diretora; Forneça à Câmara consulta técnica relacionada às rescisões contratuais de cargos comissionados em final de mandato, acertos de verbas rescisórias, fechamento de contas e transição de mandatos; e proceda a defesa relacionada a fixação do Subsídio dos Parlamentares, considerando que o TCM/GO ainda não fixou o Subsídio para o quadriênio 2025/2028, por não concordar com a Lei Municipal que fixou os valores de forma escalonada. Trata-se ainda de acompanhamento dos seguintes processos: Processos n.º 10487/2024(Fixação dos Subsídios para o quadriênio 2025/2028) e n.º 01712/2025(Prestação de Contas do Exercício de 2024).

No mais, qualquer matéria relacionada a assuntos judiciais envolvendo a Câmara Municipal de Serranópolis/GO serão respondidas pelo Contratado, que receberá Procuração com amplos poderes para acompanhar o trâmite processual em todas as esferas Judiciais, de 1ª a última instância enquanto perdurar o contrato, seja nas ações que a Câmara Municipal de Serranópolis/GO seja parte Autora ou que a Câmara seja parte Requerida.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

Atualmente a Legislação exige cada vez mais dos Órgãos Públicos e seus Representantes. Um Gestor precisa de uma equipe técnica bastante responsável e qualificada, pois as demandas que tem surgido colocam o CPF dos responsáveis em risco o tempo todo. Muitas vezes a intenção dos Gestores são boas. Mas devido a Administração Pública só poder realizar aquilo que está expresso na Legislação e devido as diversas interpretações no campo jurídico, não basta os gestores terem responsabilidades, é preciso que tenham cada vez mais assessoria, de forma que evitem ao máximo cometerem erros, pois a responsabilidade é enorme, a fim de preservar o patrimônio público e gerir pessoas ali envolvidas.

Uma Assessoria Jurídica cuida do bem público e das pessoas relacionadas ao Órgão. São amplas as áreas de atuação, como folha de pagamento, departamento de compras diretas e licitações públicas, tramitação de processos legislativos nas suas diversas formas, acompanhamento de Regimentos Internos, Estatutos e Leis Orgânicas, Projetos de Lei na sua essência devido a Câmara ser a guardiã coautora das futuras Leis que ornem o município, além das demandas judiciais e extrajudiciais objetos deste Contrato.

Cada dia o TCM/GO tem cobrado mais responsabilidades dos envolvidos nos Processos Legislativos. Com o sistema Passaporte por exemplo, toda diligência que surge, cita o nome e o CPF dos responsáveis pelo Setor de Recursos humanos e dos responsáveis pelo Setor de Compras e Licitações Públicas. Anteriormente quem era mais cobrado eram os Controladores Internos e os Gestores Majoritários. Hoje, qualquer Servidor se torna corresponsável pelos atos em que assinam. Diante disso, cada dia se faz mais necessário manter o zelo por estes colaboradores, que mesmo com o salário não muitas vezes justo e compatível com o que exercem, dão o seu nome em prol da boa gestão pública, respeitando os princípios básicos da Administração Pública, sendo Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, além dos demais Princípios Constitucionais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pelo serviço descrito na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância mensal de R\$7.000,00 (sete mil reais), durante os meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2025, totalizando até o final do período o montante de R\$49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Parágrafo único: O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente do CONTRATADO até o último dia útil do mês, após a apresentação de nota fiscal e CNDs.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS E CONSIGNAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Os recursos financeiros necessários ao cumprimento deste provirão do Orçamento Geral, empenhando-se a despesa por conta da seguinte dotação: 01.01.031.2065.3.3.90.39.00

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste contrato é do dia 03 de junho de 2025 e o término em 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E MULTA

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, por acordo entre as partes, ou mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias corridos por uma das partes contratantes. Em caso de rescisão, todas as obrigações financeiras deverão ser quitadas até a data da rescisão. Fica

estipulada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual para o inadimplente, por infração a qualquer das cláusulas do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Quaisquer questões omissas ou inadimplências decorrentes do não cumprimento deste instrumento serão resolvidas pelas partes contratantes. Fica eleito o Foro da CONTRATANTE como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, com vigência e regência das normas de Direito Administrativo, especialmente as da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como das Leis Civis aplicáveis, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Serranópolis-GO, 03 de junho de 2025.

ENIO DOS SANTOS

Gestor/Presidente

CONTRATANTE

FERNANDO OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CONTRATADO

Testemunhas:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF: